



TREINAMENTOS EM GESTÃO PÚBLICA

CONVIDA

Curso em MARINGÁ – PR

Dias 03, 04 e 05 de
Julho de 2024.

**MODO
CLÁSSICO**

TEMAS:

**LIMITES NA GESTÃO DE PESSOAL E DE
CONTRATAÇÕES NO SETOR PÚBLICO EM
FINAL DE MANDATO.**

NOVAS REGRAS DA POLÍTICA REMUNERATÓRIA DOS
AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS NA RECENTE VISÃO DO
STF E TCEs, COM RELAÇÃO AO 13º SUBSÍDIO, 1/3 DE
FÉRIAS, FIXAÇÃO DE SUBSÍDIOS E A (im)POSSIBILIDADE
DE RECOMPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS.

www.nstreinamentos.com.br

Programação

Temário

> Dia 03/07/2024 – Das 09:00h as 12:00h

- Inscrições e credenciamento dos alunos. Entrega das Apostilas e material de apoio. Abertura do Evento com exposição dos temas a serem abordados.

> Dia 03/07/2024 – Das 14:00h as 17:00h

- Limites na Gestão de Pessoal e de Contratações no setor Público Municipal em final de mandato.
- Professor: Dr. Fabio Esteves.

> Dia 04/07/2024 – Das 09:00h as 11:30h

- Novas regras da Política Remuneratória dos Agentes Políticos Municipais na recente visão dos STF e TCEs, com relação ao 13º Subsídio, 1/3 de Férias, Fixação de Subsídios e a (im)Possibilidade de Recomposição das perdas inflacionárias. (Parte 1)
- Professor: Dr. Fabio Esteves.

> Dia 04/07/2024 – Das 14:00h as 17:00h

- Novas regras da Política Remuneratória dos Agentes Políticos Municipais na recente visão dos STF e TCEs, com relação ao 13º Subsídio, 1/3 de Férias, Fixação de Subsídios e a (im)Possibilidade de Recomposição das perdas inflacionárias. (Parte 2) .
- Professor: Dr. Fabio Esteves.

> Dia 05/07/2024 – Das 09:00h as 11:00h

Espaço para debates, dúvidas, temas livres e encerramento com entrega dos diplomas.



Professor: Normélio Schneider.

> Coordenadoras:



Angélica Letícia Moura



Jakeline Battisti



Elizabeth Lopes.

INSCRIÇÕES:

Site: www.nstreinamentos.com.br

Telefones:

(45) 99934-1188 - Normélio

(45) 99837-0304 - Angélica

(45) 99989-0604 - Jakeline

E-mail: contato@nstreinamentos.com.br

TEMA 1: NOVAS REGRAS DA POLÍTICA REMUNERATÓRIA DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS NA RECENTE VISÃO DO STF E TCEs, COM RELAÇÃO AO 13º SUBSÍDIO, 1/3 DE FÉRIAS, FIXAÇÃO DE SUBSÍDIOS E A (im)POSSIBILIDADE DE RECOMPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS.

1. Fundamentos Constitucionais;
2. Princípios Constitucionais aplicáveis a Remuneração dos Agentes Políticos;
3. Art. 37, X e XI e art. 39, § 4º, CF/88 – Regras dos Subsídios;
4. Recurso Extraordinário nº 650.898/RS – 13º Subsídio e 1/3 de Férias;
5. Teses Divergentes do RE nº 650.898/RS;
6. Efeitos da decisão do STF – Supremo Tribunal Federal;
7. Possibilidade de instituição e pagamento;
8. Regras estabelecidas pelo TCE/PR no Acórdão nº 2045/2020;
9. Deve-se observar o Princípio da Anterioridade ?
10. Deve-se respeitar o Limite de Gastos com o Pessoal da LRF ?
11. É possível a cobrança retroativa do 13º subsídio e 1/3 de Férias
12. Fixação dos Subsídios dos Agentes Políticos;
13. Instrumento Normativo: Lei ou Resolução;
14. Prazo para a fixação dos Subsídios;
15. (Im)possibilidade de recomposição (perdas inflacionárias);
16. Recurso Extraordinário (RE) 1.344.400/SP;
17. ADI nº 0039653-22.2022.8.16.0000 – Tribunal de Justiça do Paraná;
18. ADI nº 0047332 – 73.2022.8.16.0000 – Tribunal de Justiça do Paraná;
19. Efeitos das Decisões Judiciais em relação a Recomposição Inflacionária;
20. Conclusões e questões para debate.

TEMA 2: LIMITES NA GESTÃO DE PESSOAL E DE CONTRATAÇÕES NO SETOR PÚBLICO MUNICIPAL EM FINAL DE MANDATO

1. Limites de gastos impostos pela LRF;
2. Medidas essenciais para a redução do índice, antes da demissão;
3. Limites dos Princípios da Proporcionalidade e Razoabilidade:
 - a) Cargos Comissionados;
 - b) Funções de Confiança (FGs);
 - c) Verbas Complementares (Gratificações – Prêmios – Auxílios – Adicionais etc)
 - d) Número de Estagiários;
 - e) Contratações via PSS.
4. Limites nas nomeações e designações:
 - a) Parentes: (Súmula 13 do STF – Nepotismo);
 - b) Ficha Limpa Municipal;
 - c) Fornecedor local;
5. Limites na Remuneração:
 - a) Teto constitucional;
 - b) Legalidade;
 - c) Regularidade;
 - d) Limites nas acumulações.
6. CONCLUSÕES E QUESTÕES PARA DEBATE

VALOR DA INSCRIÇÃO: R\$ 1.890,00.

Incluso material de apoio, apostilas, certificado e coffee break.

Depósito em nome de:
NS TREINAMENTOS EM
GESTAO PUBLICA LTDA.
CNPJ 12.137.995/0001-16
PIX: 12.137.995/0001-16
AG 0959-8 - C/C 38019-9
Banco do Brasil

**LOCAL: Hotel Golden Ingá.
Rua Néo Alves Martins – 2398
Maringá – Pr.
44-8439-3036**

**Obs: Entrega de Certificado
somente com mínimo de
75% de participação.**



Público-alvo: Dirigentes e Gestores de Entidades Públicas Municipais, Servidores ligados à contabilidade, orçamento, finanças, planejamento, licitações, controle interno, recursos humanos, comissões em geral, bem como aos Prefeitos, Presidentes, Vereadores e Assessores Parlamentares.

CURRICULUM: Dr. FABIO ESTEVES.



Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UNB), doutorando em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), juiz de direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), atualmente exercendo o cargo de juiz instrutor do Gabinete do Ministro Edson Fachin, no Supremo Tribunal Federal (STF), professor de Direito Constitucional e de Direito Administrativo da Escola da Magistratura do Distrito Federal, ex-vicepresidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Presidente da Comissão Multidisciplinar de Inclusão do TJDFT, membro da Comissão de Juristas da Câmara dos Deputados para revisão da legislação antirracista, membro da Comissão para Promoção da Igualdade Racional no Processo Eleitoral, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, foi Presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (AMAGIS-DF), nos biênios de 2016/2018 e 2018/2020.

> OBJETIVO:

A NS – TREINAMENTOS E CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, tem como objetivo a capacitação dos servidores, técnicos e representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, contribuindo para o aprimoramento de gestão administrativa eficiente, com o intuito de suprir os anseios de uma sociedade que vislumbra no seu representante a base fundamental com resultados à toda sociedade.

Tendo como objetivo fornecer uma compreensão abrangente das novas regras da política remuneratória dos agentes políticos municipais à luz das recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos Tribunais de Contas Estaduais (TCEs). O foco será nas questões específicas relacionadas ao 13º subsídio, ao direito a 1/3 de férias, à fixação de subsídios e à (im)possibilidade de recomposição das perdas inflacionárias. Além disso, serão explorados os limites na gestão de pessoal e nas contratações no setor público durante o final do mandato. O curso visa capacitar os participantes para entender e aplicar essas novas diretrizes de forma eficaz e em conformidade com a legislação vigente.

Sendo assim, com as orientações transmitidas por meio deste Curso, tona-se possível aos Agentes Públicos atuarem de forma mais eficiente, em respeito aos ditames legais e constitucionais, além de agregarem amplo conhecimento e segurança jurídica para realizarem o controle da Administração Pública Municipal, no intuito de satisfazer o interesse público.